EDUCAÇÃO SUPERIOR E DIVERSIDADE: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA
PEDAGÓGICA

*HIGHER EDUCATION AND DIVERSITY: BETWEEN SPEECH AND PEDAGOGICAL
PRACTICE*

Marlene Barbosa de Freitas Reis
Jéssica Estephane Moreira dos Santos
Lívia Ramos de Souza Silva
Thairis Palhares Iaras Zago de Araújo

Resumo: Este trabalho pretende apontar os resultados do projeto de pesquisa sobre “Educação superior e diversidade: o discurso (oficial) e a prática pedagógica”. Tem como objetivo analisar as políticas públicas sobre o atendimento e a promoção da diversidade humana, entendida aqui, sobretudo como diferenças sociais e culturais na perspectiva inclusiva, no âmbito do ensino superior público, especificamente no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Inhumas. A metodologia empregada no desenvolvimento desta proposta foi pautada em estudo de caráter bibliográfico e empírico, de cunho qualitativo, porém sem desmerecer dados quantitativos. Os dados coletados nos permitem inferir que a Universidade Estadual de Goiás tem buscado por uma educação inclusiva, portanto fica evidenciado no PDI a ênfase numa inclusão voltada para as questões de infraestrutura (espaço físico), não deixando explícito a ênfase na questão da inclusão no âmbito pedagógico.

Palavras-chave: Diversidade. Educação Superior. Prática Pedagógica. Formação de Professores.

Abstract: This study intends to point out the results of the research project on "Higher education and diversity: the speech (official) and pedagogical practice." Its objective is to analyze public politics about the attendance and promotion of human diversity, that is understood here primarily as social and cultural differences in the inclusive perspective, in the framework of the public higher education, specifically in the Education Faculty at the State University of Goiás - Unity University of Inhumas. The methodology used to develop this proposal was based on an empirical and literature study, with a qualitative character, but it does not detract quantitative information. The data collected allow us to infer that the State University of Goiás has sought for an inclusive education, it is evident at the “PDI” (Institutional Development Plan) the emphasis on inclusion facing infrastructure issues (physical space),but it does not give explicit emphasis on the issue of inclusion at the pedagogical scope.

Keywords: Diversity. Higher Education. Pedagogical Practice. Teacher Education.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aponta os resultados do projeto de pesquisa que abordou a temática da diversidade no Ensino Superior. O estudo foi desenvolvido no período de março de 2011 a fevereiro de 2012 na Universidade Estadual de Goiás - UnU Inhumas, com o título “Educação superior e diversidade: o discurso (oficial) e a prática pedagógica”.

A questão da diversidade tem sido tema recorrente na literatura e nas políticas públicas, sobretudo a partir dos anos 90. Com o fenômeno multicultural no contexto pós Segunda Guerra Mundial, principalmente nos Estados Unidos, tem-se observado uma preocupação crescente com a inclusão social e escolar. Ao buscar o reconhecimento e aceitação das minorias, o multiculturalismo tem incitado os mais diversos setores a

desenvolverem propostas e programas voltados especificamente para esse segmento da sociedade nos mais diferentes âmbitos.

Porém, a postura multicultural é um desafio, “podendo ser apresentada como um processo inacabado, em constante transformação, um exercício diário, pela dificuldade de conviver com as distintas identidades, mesmo sabendo-se que as mesmas estão presentes, direta ou indiretamente nas nossas vidas” (BARREIROS e MORGADO, 2002, p. 98).

No momento atual, dada a sua amplitude e complexidade conceitual, vale destacar que, neste estudo, o termo diversidade é tratado e considerado como variedade e convivência de idéias diferentes, de pessoas diferentes no mesmo espaço, onde o paradigma da heterogeneidade sobrepõe o da homogeneidade.

Tal concepção incita pensar o espaço escolar como espaço de oportunidades de debates, de estilos e ritmos de aprendizagem diferentes. Por isso, abarca as concepções da educação inclusiva. Uma educação que prima para o reconhecimento do outro, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, para o favorecimento da construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas (CANDAU, 2008, p. 23).

Nesta perspectiva, a Universidade Estadual de Goiás, na busca de um projeto institucional comprometido com o seu planejamento, sistematizado de forma coletiva e respaldado na legislação vigente, elabora o presente PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), para o período de 2010-2019 (dez anos). Um plano elaborado por uma comissão, com diferentes olhares e representações de professores, funcionários, acadêmicos e colaboradores, entre as diversas instâncias da comunidade uegeana.

Torna-se necessário, diante deste contexto, discutir o papel e a responsabilidade social da universidade, sobretudo da universidade pública. Esta é uma questão fundamental para o fortalecimento da sociedade civil a partir do debate crítico e do processo de intervenção e formulação de políticas públicas educacionais. E é neste sentido que se pretende desenvolver um estudo a partir de reflexões sobre as políticas públicas educacionais do Estado de Goiás, na perspectiva da diversidade e da inclusão na educação superior pública e suas possíveis relações com a prática docente.

Portanto, objetivamos neste trabalho analisar as políticas públicas sobre o atendimento e a promoção da diversidade humana e cultural na perspectiva inclusiva, no âmbito do ensino superior público, especificamente na Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Inhumas.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo referiu-se à Universidade Estadual de Goiás, sendo recortado para o curso de Pedagogia da Unidade Universitária de Inhumas. O intuito de pesquisar este curso, especificamente, deveu-se a seu caráter formador e habilitador para o exercício do magistério no Ensino Fundamental e em outras instâncias educacionais. Esta proposta é o que distingue o curso dos demais e, neste sentido, pressupõe-se que sua política interna veiculada no projeto

pedagógico do Curso deva estar afinada com as políticas externas para a diversidade humana, o que justifica o recorte do estudo neste curso especificamente.

A natureza do estudo e o objeto nos direcionou para uma abordagem qualitativa na pesquisa, dando mais ênfase no processo e não no produto, o que permitiu uma compreensão mais ampla da realidade pelos pesquisadores. À luz do materialismo histórico, foi permitido conhecer as contradições e mediações no movimento das relações sociais em que se insere a temática pesquisada, possibilitando, assim, a compreensão do homem como um ser social e histórico, além de considerar que a realidade sujeito-objeto se dá no confronto dos fenômenos sociais, levando-se em conta os fatores que levaram à sua construção.

Deste modo, a metodologia empregada no desenvolvimento desta proposta foi pautada em estudo de caráter bibliográfico e empírico, de cunho qualitativo, contudo sem desmerecer os dados quantitativos, que complementaram nossos estudos.

O percurso para o desenvolvimento deste trabalho foi guiado principalmente pela análise documental do Plano de Desenvolvimento para a UEG (2010-2019), a fim de cumprir com a proposta de explorar o discurso oficial acerca das políticas públicas de atendimento e promoção da diversidade humana e cultural na perspectiva inclusiva. Os dados captados foram confrontados com a leitura analítica da bibliografia pertinente à temática, dos quais destacam-se: Candau (2008), Boaventura Santos (2003), Tomaz Tadeu da Silva (2002, 2007), Hall (2006, 2009), entre outros.

Outra técnica utilizada na condução da pesquisa foi a aplicação de questionários direcionados aos acadêmicos do curso regular de Pedagogia da Unidade Universitária de Inhumas, com questões focais sobre suas concepções de inclusão, diversidade, políticas educacionais e prática pedagógica, pautada nos princípios da diversidade humana. Os questionários foram aplicados no segundo semestre de 2011, com o objetivo de obter informações sobre concepções de políticas públicas e/para a diversidade, existência e participação em programas de formação continuada, e práticas pedagógicas que reconhecem, atendem e valorizam a diversidade na sala de aula na perspectiva inclusiva.

DISCUSSÃO

Ao analisar a questão da diversidade e do multiculturalismo, temas recorrentes nas atuais pesquisas e discussões educacionais, considera-se relevante refletir sobre identidade e diferença, temas que se encontram no centro de boa parte dessas discussões.

A educação voltada para a diversidade nos coloca o grande desafio de estarmos atentos às diferenças, sejam elas de ordem econômica, racial ou social, tendo em vista que a questão maior, segundo Silva (2002, p.66) “não consiste em reconhecer a multiplicidade, mas em ligar-se com ela, em fazer conexões, composições com ela”.

Se observarmos, somos igualmente idênticos e somos diferentes. O que isso significa? Que pertencemos a uma mesma espécie - a humana, respiramos o mesmo ar e habitamos o mesmo planeta, mas por outro lado, pensamos, agimos e nos expressamos de maneiras

diferentes. Temos uma identidade cultural que nos une, mas somos únicos em nossas diferenças. Identidade e diferença são conceitos difíceis de serem estabelecidos, porém estabelecem uma estreita relação de dependência. Silva (2007, p. 75) reforça que "assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis".

Embora identidade e diferença sejam elementos inseparáveis, vale ressaltar que quando reconhecemos quem somos, estamos apenas nos identificando, com base em algo tido com "normal", a sua referência é coletiva, ou seja, depende de como um determinado grupo classifica as coisas para manter a própria unidade. Há a ideia de identidade com permanência.

A diferença não é apenas ser diferente, é muito mais ampla. A diferença é muito mais complexa do que a pura afirmação do que se é (identidade), ela é resultado do cruzamento das várias formas do meu ser em relação às pessoas e o meio que me cerca. A diferença não é simplesmente a diferença entre o eu e o outro, mas, principalmente, se refere ao que se passa entre nós, a relação estabelecida entre o eu e o outro.

Portanto, a identidade do sujeito precisa deixar de ser construída com base em referenciação, em modelos estabelecidos que reforçam a cisão dos vários grupos da sociedade e passar a ser construída na relação entre o eu e o outro, pois cada indivíduo se completa e se efetiva na relação que estabelece com os que estão à sua volta. Esta é a essência do ser humano.

A sociedade atual, apesar das grandes mudanças já ocorridas nos campos social, educacional, tecnológico..., ainda cultiva a ideia e práticas onde reflete que o fato de tornar-se pessoa significa tornar-se igual ao que foi estabelecida socialmente e, aquele que não é igual, idêntico ao convencionalmente estabelecido e aceito pela maioria das pessoas, se torna alvo de críticas, é discriminado, excluído, segregado e condenado a viver à margem. Assim, observa-se que o movimento de afirmação da identidade e o puro reconhecimento das diferenças provocam a ação de incluir e excluir. E a sociedade moderna, apesar dos avanços, ainda convive fortemente com esses dois lados de uma mesma moeda: a inclusão e a exclusão de indivíduos, sendo que a exclusão ainda é fator preponderante em nosso meio.

Desta forma, nota-se que o preço que se paga, muitas vezes, é o silêncio acerca das diferenças, que precisam ser suprimidas em nome de um modelo hegemônico de sociedade.

É preciso superar ideias e práticas segregacionistas, preconceituosas e discriminatórias. As diferenças devem ser vistas como fator de enriquecimento e abertura para novas e diversas possibilidades de crescimento para todos os indivíduos. As diferenças enriquecem, ampliam, são necessárias porque permitem a identificação e a diferenciação e, portanto, contribuem para o crescimento de todos os envolvidos no processo de formação.

Talvez uma das formas mais viáveis de se combater as discriminações e preconceitos quanto à raça, às deficiências, os gêneros, à identidade e à cultura seria pensar o multiculturalismo. Vivemos em uma sociedade multicultural composta por diversas etnias, conforme reforçado por Hall (2002, p. 62) e "não tem qualquer nação que seja composta de

apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas híbridos culturais."

Ressalta-se, portanto, que o fato de reconhecer que a sociedade é multicultural e assumir que o multiculturalismo existe é o primeiro passo da tomada de consciência; contudo este passo ainda não é suficiente para garantir uma sociedade mais justa e democrática, onde os grupos minoritários e excluídos possam ter vez e voz.

Sendo assim, o desenvolvimento de uma postura multicultural é um desafio, "podendo ser apresentada como um processo inacabado, em constante transformação, um exercício diário, pela dificuldade de conviver com as distintas identidades, mesmo sabendo-se que as mesmas estão presentes, direta ou indiretamente nas nossas vidas" (BARREIROS E MORGADO, 2002, p. 98).

Sob essa ótica, a perspectiva que adotamos congratula-se com a mesma perspectiva de multiculturalismo defendida por Boaventura Santos (2003) que é o multiculturalismo emancipatório e progressista, aquele caracterizado como uma das formas de pensar a globalização contra- hegemônica e que se constitui no reconhecimento e no direito à diferença.

Tal concepção incita pensar o espaço escolar como espaço de oportunidades de debates, de estilos e ritmos de aprendizagem diferentes. Pois, "não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa" e, portanto, "não é possível conceber uma experiência pedagógica 'desculturizada'." (CANDAU, 2008, p.13). Sendo assim, educação e cultura estabelecem uma relação intrínseca e não podem ser analisadas separadamente.

Temos observado e testemunhado na última década, grandes avanços na luta pela ruptura da "Pedagogia da Igualdade" em favor da "Pedagogia da Diversidade", reconhecendo-se que a inclusão no ambiente escolar é essencial para o fortalecimento da dignidade e exercício dos direitos humanos.

Contudo, toda ruptura ou crise de paradigmas é permeada de incertezas, inseguranças, de pensar "não saber fazer", mas ao mesmo tempo é alavanca propulsora para a busca de novas alternativas, conhecimentos e interpretações que sustentem a realização de tais mudanças. Portanto, uma mudança centrada na inclusão implica, como aborda Mantoan (2006, p. 15), no marco de que " a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. "

Assim, o que se pretende com tais mudanças é, segundo Martins (2006, p.20), "uma pedagogia centrada no aluno que por sua vez, suscite a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças humanas".

Sob essa ótica, com a finalidade de conhecer como a questão da diversidade é abordada no discurso oficial da Universidade e colocada em prática no meio universitário a partir dos marcos legais que regem o funcionamento da UEG, a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2019), foi considerada parte fundamental desta proposta de pesquisa que teve o objetivo de verificar o alinhamento das políticas internas com as externas.

Em abril de 2010, a Universidade Estadual de Goiás, na busca de um projeto institucional comprometido com o seu planejamento, sistematizado de forma coletiva e respaldado na legislação vigente, elabora o presente PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), para o período de 2010-2019 (dez anos). Um plano elaborado por uma comissão, com diferentes olhares e representações de professores, funcionários, acadêmicos e colaboradores, entre as diversas instâncias da comunidade uegeana. Sendo assim, seguindo as orientações do Ministério da Educação, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) consiste em “um documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos”. (MEC, SESU, 2009).

A análise deste documento, no entanto, não demonstra explicitamente nenhuma abordagem de temas relacionados à diversidade e inclusão. Foram observados apenas alguns termos que pressupõem os citados temas.

O estudo evidenciou que

a UEG estabelece através de sua missão formar profissionais de qualidade e produzir, transmitir e disseminar conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com base nos princípios éticos e humanistas, de modo a estimular a justiça social e o pleno exercício da cidadania, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (PDI, 2010-2019, p. 19).

No tocante à responsabilidade social, os dirigentes da UEG a entendem como a forma de gestão definida pela relação ética e transparente da Universidade com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Nesse sentido, o PDI (2010-2019, p. 56) aponta que essa responsabilidade social pretende ser desenvolvida “respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades”.

Mais uma vez observa-se que a abordagem de uma educação pautada na educação inclusiva se mostra de uma maneira bem implícita. Pois, percebe-se uma visão de inclusão voltada apenas para o cumprimento de leis que regulamentam a adequação dos espaços públicos.

Na parte de infraestrutura o PDI (2010-2019, p. 111) aponta que “está sendo elaborado um programa de acessibilidade” para cumprir uma norma externa à Universidade, a NBR 9050:2004 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Segundo o mesmo documento,

esse programa de acessibilidade tem como objetivos identificar as barreiras existentes nos prédios da UEG, avaliar a acessibilidade e propor adequação nos prédios, sugerindo assim, locais acessíveis para pessoas com mobilidade e percepção reduzidas, ou seja, pessoas com deficiências e limitações temporárias ou permanentes.

Portanto, o documento em questão refere-se à acessibilidade considerando apenas os aspectos físicos, ou seja, a infraestrutura dos prédios das Unidades Universitárias. Contudo, a acessibilidade no âmbito pedagógico não é evidenciada.

Diante da necessidade de analisar também as concepções dos acadêmicos do curso de Pedagogia acerca da perspectiva de educação inclusiva, bem como do conhecimento destes das políticas educacionais referentes a esta temática, foram aplicados os questionários, que tiveram natureza impessoal. Foram analisados 7 (sete) questionários, sendo 3 respondidos pelos alunos do 2º ano e 4 pelos do 3º ano.

Este trabalho reforça a ideia de que a educação não acontece apenas nas instituições de ensino, sendo que é social e abrangente. Assim, pressupõe-se que a universidade não deveria preocupar-se apenas com a formalidade dos conteúdos, mas tratar também da preparação para a vida. Esta perspectiva de educação propõe a aceitação das diferenças individuais e sociais, tendo em vista que a eliminação de preconceitos e estereótipos é imprescindível para a eficácia de sua aplicabilidade no âmbito educacional. Portanto, julgou-se necessário identificar nas respostas dos acadêmicos qual a visão destes acerca da proposta de educação inclusiva e para a diversidade, além de sua importância para o convívio dentro e fora da universidade.

Em relação à concepção de educação inclusiva, os acadêmicos responderam, com unanimidade, que consiste na “inclusão tanto de pessoas com necessidades especiais como as minorias desfavorecidas, isto é, uma educação que atende à diversidade humana”. Tal perspectiva opõe-se a comum ideia de que trata-se apenas da “educação de pessoas com deficiência”.

O segundo quesito dizia respeito ao posicionamento dos acadêmicos em relação à perspectiva de educação inclusiva. Seis alunos disseram ser favoráveis e somente um aluno do 2º ano mostrou-se contra, justificando que: “[...] ao tratar do termo *educação inclusiva* já estamos lidando com o pré-conceito, rotulando seres humanos como não-inclusos a sociedade, o ideal seria *consciência dos direitos iguais a todos, sem termos que nos preocupar com o que é inclusão.*” O que reforça o desafio de pensar uma “educação que não só reconheça as diferenças, mas que faça valer os princípios dos direitos humanos.” (BARRETO; REIS, 2012, p. 2)

Os alunos que se posicionaram a favor, justificaram que a educação inclusiva precisa ser trabalhada, tendo em vista que é um tema recorrente, porém são poucas as pessoas que têm segurança para abordar esta temática. Destacamos a seguinte opinião de um aluno do 3º ano: “*A Educação Inclusiva deve ser trabalhada, propagada e respeitada, pois é um tema que encaramos todos os dias e o qual é muito difícil, dificuldade essa que pode ser devido a falta de informação.*”

No que se refere às políticas educacionais da universidade, seis alunos responderam que é importante que sejam inclusivistas. O que fica evidenciado nas seguintes respostas: “*Todos tem que ter oportunidade de estudar numa Universidade.*” (2º ano); “*Por ser pública, deve ser de acesso a todos*” (3º ano).

Quanto ao conhecimento destas políticas, seis acadêmicos responderam que não têm conhecimento de políticas educacionais contidas no projeto do curso de Pedagogia da UEG que favorecem a educação inclusiva como elemento de inclusão social. O aluno que afirmou conhecer, justificou que a Universidade *“inclui tanto pessoas com necessidades especiais, quanto toda a diversidade humana.”* (2º ano), o que corrobora a proposta explicitada no PDI (2010-2019 p. 19-20) ao reafirmar que

o compromisso social com o ensino e o fortalecimento do diálogo com a sociedade, bem como a igualdade de condições para acesso e permanência na instituição e a valorização profissional dos docentes e servidores técnico-administrativo são também princípios que regem a Universidade.

Quando questionados acerca da realidade da Unidade Universitária de Inhumas, três acadêmicos do 2º ano e um do 3º ano responderam que o tema Educação Inclusiva e Diversidade tem sido abordado em sala de aula. Os outros três acadêmicos do 3º ano responderam que esta temática é abordada poucas vezes, de maneira superficial e resumida.

As opiniões destacadas nesta parte do questionário ressaltam a importância de abranger a temática nas discussões em sala de aula de maneira mais efetiva. Para tanto, faz necessário realizar um projeto de maiores amplitudes, que não contemple apenas uma disciplina isolada, mas que envolva todas as disciplinas que compõem o currículo do curso.

Em relação à preparação para enfrentar uma sala de aula com diversidades, três acadêmicos do 2º ano afirmaram que o curso de Pedagogia auxilia neste preparo. Outros três acadêmicos do 3º ano acreditam o contrário, como a resposta de uma aluna: *“Na verdade, o curso de Pedagogia nos passa apenas conteúdos acadêmicos, não prepara nem para a ação do pedagogo na sala de aula, muito menos para a diversidade [...]”*.

Cabe ressaltar que a preocupação em formar os futuros docentes para o trabalho com a diversidade também está presente na Declaração de Salamanca (1994, p. 27) ao defender que *“a preparação adequada de todo o pessoal educativo constitui o factor chave na promoção das escolas inclusivas”*. E mais:

Devem ser organizados cursos de iniciação para todos os estudantes que se preparam para o ensino, a nível primário ou secundário, tendo em vista fomentar uma atitude positiva face à deficiência e desenvolver a compreensão sobre o que pode ser realizado nas escolas com os recursos locais existentes.

A necessidade desta formação fica evidenciada quando, ao final do questionário, a maior parte dos acadêmicos respondeu que não se sentiam confortáveis com os conhecimentos adquiridos sobre inclusão e diversidade e não se sentiam capacitados, enquanto futuros professores, a proporcionar um melhor aprendizado a seus alunos, respeitando suas necessidades educacionais. Contudo, afirmaram que esta capacitação e confiança viriam com a prática.

A seguir, encontram-se as sugestões dos acadêmicos para a melhoria e aperfeiçoamento da política educacional do curso de Pedagogia da UEG - UnU Inhumas, referente ao atendimento à diversidade humana como elemento de inclusão social:

“O que eu suponho é que continuem sempre as discussões acadêmicas sobre a educação inclusiva. E se fosse possível os docentes mostrassem com os discentes oficinas para frizar o conhecimento de forma que capacite melhor os discentes.” (2º ano)

“Não tenho conhecimento pleno, a ponto de tecer críticas a um plano ou projeto político educacional, mas irei buscar mais informações para manter-me atualizado, obrigado.” (2º ano)

“Uma disciplina específica com este tema.” (3º ano)

“Eu gostaria que houvesse aulas mais dinâmicas, que solucionassem dúvidas que não são só minha, pois percebe-se que nos projetos de TCC a maioria dos temas são sobre inclusão, o que constata que muitos acadêmicos têm curiosidade de saber a fundo sobre inclusão e diversidade.” (3º ano)

“Talvez ter alguns projetos que nós alunos poderíamos fazer com alunos com necessidades especiais.” (2º ano)

“Aplicação de uma disciplina que abordasse melhor o assunto, nos instruindo para trabalharmos na sala com a inclusão.” (3º ano)

“No momento não tenho.” (3º ano)

Vale ressaltar que, diferentemente da compreensão de muitos dos discentes pesquisados, bem como a perspectiva abordada no Plano de Desenvolvimento Institucional, a inclusão é muito mais do que garantir o acesso à Universidade ou acessibilidade por meio de rampas ou banheiros adaptados. Ela deve possibilitar aos que são discriminados, seja pela deficiência, pela classe social ou pela cor, que ocupem o seu lugar na sociedade e proporcionar a todos, deficientes ou não, desenvolver habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o estudo realizado ficou evidente que a proposta da educação inclusiva tem gerado discussões e provocado questionamentos entre os interessados pelo tema e os envolvidos diretamente com a prática pedagógica nos diferentes níveis de ensino. Com a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional da UEG, percebeu-se que as propostas de

melhorias para o atendimento à diversidade apresentam, ainda que timidamente, algumas evoluções referentes à acessibilidade. No entanto, estas evoluções estão voltadas mais para a acessibilidade enquanto espaço físico do que em relação ao âmbito pedagógico.

O conceito de acessibilidade enquanto ao espaço físico fica evidenciado também nos depoimentos dos acadêmicos, o que indica que ainda persiste a ideia de que a inclusão se refira prioritariamente ao acesso às instituições e a adequação na estrutura física dos prédios.

A partir do estudo do documento e dos questionários notamos a necessidade de se ampliarem os estudos acerca da temática, enfocando mais os aspectos referentes à formação e capacitação docente. Para tanto, sugerimos que acadêmicos e professores desenvolvam um conjunto de reflexões coletivas acerca da diversidade, inclusão, identidade e das diferenças, por meio da criação de um grupo de estudos; projetos interdisciplinares; relacionar o trabalho no estágio com a temática, propiciando uma aproximação da teoria com a prática.

Destarte, um processo de inclusão educacional pressupõe um modelo de gestão e de políticas educacionais universalistas, em que mudanças nas mentalidades sejam manifestas sem preconceitos. É preciso fazer valer a rica associação entre educação e sociedade, sendo que esta última deve adotar tais princípios como possibilidade de práticas sociais mais igualitárias.

REFERÊNCIAS

- BARREIROS, Débora; MORGADO, Vânia. Multiculturalismo e o campo do currículo no Brasil: um estudo sobre a multieducação. In: OLIVEIRA, Inês B.; SGARB, Paulo (Orgs). Redes culturais, diversidade e educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 93-108.
- BARRETO, Claudia S. G.; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade, 2012. (prelo).
- CANDAU, Vera M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs). 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 13-37.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em <[http:// redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf)>. Acesso em: 10/09/2011.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al (Org.). Inclusão: compartilhando saberes. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006, p. 17- 26.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- _____. Identidade e diferença: impertinências. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº79, agosto/2002.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Plano de Desenvolvimento Institucional (2010 -2019). Disponível em: <<http://dirplan.ueg.br>>. Acesso em: 15 ago. 2011.